O mais recente Relatório de Estabilidade Financeira da Autoridade Europeia de Seguros e Pensões Complementares (EIOPA) mostra que os ativos dos fundos de pensão ocupacionais europeus (IORPs) alcançaram € 2,89 trilhões ao final de 2025. Embora o crescimento total dos ativos tenha sido relativamente moderado, o principal destaque foi a valorização das carteiras de ações, que cresceram aproximadamente 10%, adicionando cerca de € 55 bilhões ao patrimônio dos fundos. Ao mesmo tempo, houve redução das posições em títulos públicos e em determinados fundos de investimento.

Esse movimento reflete um ambiente de mercado em que a diversificação dos investimentos continua sendo um elemento central para a geração de valor no longo prazo, característica inerente aos regimes de previdência complementar.

No Brasil, o contexto recente foi bastante distinto. A manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados tornou os títulos públicos extremamente atrativos sob a ótica do retorno ajustado ao risco. Como consequência, observou-se uma concentração episódica das carteiras das entidades fechadas de previdência complementar em ativos de renda fixa, especialmente em títulos públicos federais.

Essa estratégia não representa, necessariamente, uma mudança estrutural na filosofia de investimentos das entidades, mas sim uma resposta racional às condições econômicas vigentes. Em um ambiente de juros elevados, a renda fixa passou a oferecer retornos compatíveis com as metas atuariais, reduzindo a necessidade de exposição a ativos de maior volatilidade.

Entretanto, esse cenário tende a evoluir à medida que o ciclo monetário avance. Ainda que não se espere uma alteração abrupta nas alocações, uma trajetória consistente de redução da taxa Selic deverá provocar ajustes graduais nas políticas de investimento dos fundos de pensão brasileiros.

Com a diminuição da atratividade relativa dos títulos públicos, a diversificação voltará a ganhar protagonismo. Ativos de renda variável, investimentos estruturados, infraestrutura, crédito privado e ativos no exterior poderão ampliar sua participação nas carteiras, sempre respeitando o perfil de risco, as obrigações atuariais e a visão de longo prazo característica da previdência complementar.

Nesse sentido, a experiência europeia oferece uma referência importante. O crescimento patrimonial impulsionado pela valorização das ações evidencia como uma carteira diversificada pode contribuir para a sustentabilidade dos planos ao longo do tempo, especialmente em ambientes de juros mais baixos.

O desafio para a previdência complementar brasileira será conduzir essa transição de forma gradual e técnica. A mudança não deverá ocorrer por movimentos bruscos, mas por uma revisão cuidadosa das estratégias de investimento, acompanhando a evolução do cenário macroeconômico e preservando o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e solvência dos planos.

Mais do que uma mudança de ativos, trata-se da adaptação de um setor cuja missão permanece a mesma: gerar retornos consistentes e sustentáveis para garantir o pagamento dos benefícios de milhões de aposentados e pensionistas nas próximas décadas.

*__Devanir Silva__ é Diretor-Presidente da Abrapp

Fonte: Abrapp em Foco, em 25.06.2026.